

A GLOBALIZAÇÃO COMO MOTOR DE MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO A PARTIR DO FIM DO SÉCULO XX: CURSOS TECNOLÓGICOS¹

Mauro Lúcio Batista Cazarotti²

RESUMO

A globalização adentrou ao mundo econômico e na cultura das pessoas no planeta a partir do final do século XX com uma determinação à qual nenhum governo ousou resistir. Ficar de fora dos mercados mundiais é a decretação de morte para economias claudicantes de países em desenvolvimento bem como de países desenvolvidos. Junto com as crescentes demandas da competitiva economia capitalista neoliberal e seus ditames, surgiu a necessidade da indústria de influenciar a formação educacional, orientando o ensino a qualificar trabalhadores que pudessem ocupar os cargos criados com os avanços da tecnologia. Os cursos tecnológicos passaram a ganhar destaque como solução de formação mais rápida, sendo inclusive alçados no Brasil ao *status* de graduação, apostando-se na oferta de vagas do mercado de trabalho com salários e colocações melhores. A partir do fim da década de 1980, o Brasil passou a dar mais atenção a esse curso, até que em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação determinou a criação de cursos tecnológicos de graduação. Embora tenha muitos pontos a favor, as críticas dizem respeito ao risco de desumanização e da criação de gerações acríticas. Este artigo pretende discutir a influência da globalização, a partir do final do século passado, como propulsora de mudanças no ensino com foco nos cursos tecnológicos.

Palavras-chave: Globalização. Cursos tecnológicos de graduação. Educação tecnológica. Tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

O emprego do termo “globalização” começou a ser difundido no final dos anos 1980. Inicialmente sugerindo a ideia de unificação global. Segundo Hobsbawn (1995), teria sido um movimento resultante de três processos que culminaram no final do século passado. A hegemonia da política neoliberalista, na figura de Pinochet (1973) e da gestão de Margaret Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980); a dificuldade da autonomia e formação de uma identidade dos países do Terceiro Mundo sob o peso dos empréstimos crescentes da dívida

¹ Trabalho inscrito para o GT Comunicação e Educação, do VII Encontro de Pesquisa em Comunicação – ENPECOM.

² Especialista em Planejamento Educacional e Docência em Curso Superior, Mestrando Acadêmico em Educação pela Universidade de Uberaba, maurocazarotti@hotmail.com.

externa nas mãos de representantes do comando financeiro mundial como FMI e Banco Mundial; e a implosão da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Segundo Ramos (2002), quatro fatores contribuíram para conformar o processo de unificação no final do século passado: “(...) a globalização nas comunicações, a econômica, a política e a dos valores presentes no convívio em todos os níveis: pessoal, social, nacional e mundial”.

O ideal progressista do início dos 1900 e a ânsia desenvolvimentista do pós-guerra culminaram a partir dos anos 1980 nas palavras de ordem da globalização: 1) competitividade empresarial; maior produtividade (avanço tecnológico e custo mínimo de mão-de-obra auxiliado pela terceirização, matérias-primas e energia) e lucratividade (produtos de qualidade apreços acessíveis, com alto lucro ao menor custo). Contudo, isso demandava investimento em P&D para atender ao mercado mundializado. Demonstrando o grande interesse sob a demanda de educação técnica da necessidade operacional das empresas e desta nova sociedade que nasce na década de 80.

A solução para encontrar a imprescindível mão-de-obra qualificada passa a ser amplamente divulgada: a filosofia educacional tecnicista. Baseada na tendência liberal tecnicista, prega o aprimoramento da sociedade capitalista articulando a educação com o sistema produtivo; valendo-se de métodos científicos para propor adaptação de comportamento (tecnologia comportamental), cujo objetivo primordial é fornecer trabalhadores “(...) competentes para o mercado de trabalho, não se preocupando com as mudanças sociais” (MARQUES, 2012, p. 4).

Com base nessa contextualização, este artigo pretende discutir a influência da globalização no plano de educação para o país, a partir do final do século passado, que notadamente passou a influenciar a orientação da demanda tecnicista do ensino.

2. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO FIM DO SÉC. XX NO BRASIL E NO MUNDO

Os anos 1980, para Schrader (2002, p. 18 apud SANTAGADA, 2007, p. 121), “(...) muitos países industrializados deslocaram o foco de atenção política do social para o econômico e para uma orientação conservadora”, baseados numa orientação neoliberalista, aumentando a distância entre os países – no Relatório do Desenvolvimento Humano do

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU)³, havia 3 bilhões de pobres no planeta, enquanto aumentava a concentração de renda.

O fim, nos anos 1980, do Welfare State (“Estado do bem-estar social”) criado nos EUA e países do Primeiro Mundo, inicia-se a política neoliberal nos EUA, Inglaterra e algumas nações latino-americanas – o neoliberalismo se vale da globalização para impor o câmbio livre, fazendo deslanchar o comércio internacional. O descrédito no comunismo foi um forte aliado dos teóricos neoliberalistas, sugerindo a crença na unificação da aldeia global de McLuhan – na verdade, a unificação dos mercados.

Segundo Médici (2006), A Constituição Cidadã de 1988 privilegiava no país as políticas sociais. Porém, a inflação de três dígitos, a crise nas finanças públicas e os direitos constitucionais suprimidos pela ditadura configuravam conflitos a ser enfrentados pela nova ordem social e política: “A crise do Welfare State no Brasil chegou antes que ele pudesse ser, de fato, implantado em sua plenitude” (MÉDICI, 2006).

No Brasil nos anos de 1990, no governo de Itamar Franco e de seu sucessor Fernando Henrique Cardoso, surge o Plano Real e com isso a estabilização da hiperinflação, que constituíram os mais importantes feitos na área econômica.

Segundo a orientação neoliberal, abriram-se os mercados, com aumento das importações de bens, serviços e capitais, controle do dólar e altas taxas de juros, o que trouxe desarranjos de várias ordens para a economia.

De acordo com Goulart, Gerbelli e Pereira (2014), o controle inflacionário possibilitou avanços: “o mercado de trabalho se formalizou, a desigualdade social diminuiu, o Brasil passou de devedor a credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a economia brasileira foi elevada a grau de investimento pelas principais agências internacionais de classificação de risco”.

Entre as críticas ao Plano Real, o ex-ministro da Fazenda da ditadura, Delfim Netto, (GOULART, GERBELLI; PEREIRA (2014) elenca:

(...) nunca se fez o esforço fiscal necessário. De forma, que ele (o plano) nunca funcionou. Ou seja, na minha opinião, o plano teve um sucesso extraordinário no combate à inflação e, nesse ponto, domina os seus concorrentes, mas no que diz respeito à volta de um crescimento robusto, com um equilíbrio externo, ele não conseguiu. Na verdade, não se pode dizer que foi um fracasso, mas ele não foi um sucesso.

³ Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 "Sustentando o Progresso Humano: Redução da Vulnerabilidade e Construção da Resiliência" foi lançado em 24 de julho de 2014, em Tóquio, no Japão. Disponível na UNDESA 2011.

A chamada primeira fase do Plano Real (1994-1999) tinha por base “(...) uma política fiscal expansionista, numa política monetária restritiva e cambial equivocada”, o que causou desarranjos macroeconômicos, sem possibilidade de perdurar por muitos anos” (BRITO; ÁQUILAS, 2004).

Em 1999, o Brasil contava com uma força de trabalho de 79,3 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), sendo ampliada a presença feminina no mercado de trabalho. Comparativamente, em 1979 havia 31,7% de mulheres compondo a População Economicamente Ativa (PEA), enquanto em 1999 elas eram 41,4% – “Tal situação aprofundou diversas mudanças de comportamento na sociedade como a maternidade adiada, o menor número de filhos, o aumento do padrão de consumo familiar e o investimento em educação” (OEI, 2010, p. 18).

3. EDUCAÇÃO TECNICISTA

3.1 HABILIDADES FABRIS

Para Marques (2012, p. 5), a pedagogia tecnicista foi orientada no Brasil para “(...) atender aos interesses do capital estrangeiro” dada a demanda por trabalhadores qualificados das multinacionais que se instalavam no país às expensas do governo militar.

Mizukami (1986, p. 19) afirma que:

O conteúdo transmitido visa objetivos e habilidades que levem à competência. O aluno é considerado como um recipiente de informações e reflexões. O uso de máquinas (através das quais é possível apresentar contingências de maneira controlada) libera, até certo ponto, o professor de uma série de tarefas. A educação, decorrente disso, se preocupa com aspectos mensuráveis e observáveis.

A tecnologia e o tecnicismo como orientação educacional são um dado histórico, resultado do desenvolvimento da indústria e da demanda que impunha a chave ao ensino direcionando-o à produção. Já na Revolução Industrial, os currículos, de acordo com Silva⁴ (1999 apud AZEVEDO, 2011), buscavam criar nexos entre a educação escolar e a produção fabril. Autores como Bobbit, em 1918, na obra, *The Curriculum*, propunha que “(...) a escola deveria organizar seus objetivos e estabelecer métodos para medir os resultados, como nas

⁴ SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

empresas” (AZEVEDO, 2011).

A eficiência do ensino dependia de ensinar habilidades ao trabalho fabril, sendo as crianças “treinadas” para dominar a qualificação necessária a fim de exercer ocupações profissionais quando adultos: “A organização da escola, tal como conhecemos e convivemos, imita e reproduz de forma acrítica os padrões de organização da produção e do trabalho do modelo taylorista-fordista” (AZEVEDO, 2011).

O avanço natural da globalização exige do trabalhador mais do que especialização. Passa a ser necessária uma formação em escolas técnico-profissionalizantes que permitam adquirir qualificação diferencial do padrão taylorista. Junto com responsabilidade e a ética, é preciso incentivar a criatividade, a iniciativa e a postura crítica. Na nova ordem socioeconômica, a educação profissional assume função estratégica na qualificação da mão de obra, “(...) acirrando a competitividade que já é própria do mundo do trabalho” (FERREIRA, 2006, p. 1).

Em meio à pressão dos interesses do capital que orienta a política neoliberal, com foco na individualidade, igualdade de direitos e liberdade do homem, Castanho (1989 apud FERREIRA, 2006) acredita que “(...) a pessoa deve se encontrar no trabalho e descobrir tanto a relação cooperativa quanto a amizade entre as pessoas”. Ou seja, deve-se buscar dar uma educação de forma humanizada, mais rica, afinal, todos vivem em função dos relacionamentos que estabelecem.

Nesta abordagem, a escola treina alunos e professores, moldando comportamentos: “A metodologia na tendência tecnicista recorre a modelos que devem ser seguidos para que a maneira de ser dos alunos seja controlada. E a avaliação, por sua vez, objetiva somente o produto, e não o aprendizado” (ANDRIOLI, 2002).

O aluno deixa de ter postura crítica. Segundo Behrens (2005, p. 52), “Torna-se inegável a competência técnica como exigência da sociedade moderna, portanto, negar a técnica seria ingênuo e irresponsável. O desafio que se impõe é aliar a competência técnica à competência política”.

A crítica que a autora faz ao desenvolvimento tecnológico é o prejuízo aos valores humanos, “como a solidariedade, a paz, a justiça e o amor. Por isso, cabe reorientar a técnica para buscar uma melhor qualidade de vida para a humanidade” (BEHRENS, 2005, p. 52).

A corrida tecnológica na era da informação transformou o mundo e o ensino.

3.2 A educação sob a égide da política neoliberalista

Do ponto de vista do neoliberalismo, o ensino é privilegiado e deve ser incentivado e valorizado. De acordo com o Banco Mundial são duas as tarefas relevantes ao capital que estão colocadas para a educação: a) ampliar o mercado consumidor, apostando na educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania (incluir mais pessoas como consumidoras); b) gerar estabilidade política nos países com a subordinação dos processos educativos aos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas (garantir governabilidade).

O processo de globalização exige que os professores reflitam a respeito de todos os processos da sociedade, sejam eles educacionais, econômicos, financeiros, políticos e sociais. Ser um educador nos dias de hoje exige uma postura ampla e uma visão aberta de todo o mundo e de todas as modificações que vêm ocorrendo. A tecnologia aparece como fator inexorável e demanda um docente conhecedor dos diferentes meios de comunicação social, bem como disposto a se aperfeiçoar diante das novas mídias educativas. As mudanças paradigmáticas vêm ocorrendo em muitas práticas, especialmente nas escolas que precisam com urgência atender às mudanças nas linguagens e na metodologia de ensino.

Em 2013 em Doha, no Catar, o World Innovation on Summit for Education (Wise), um dos mais importantes encontros para discutir educação no mundo, analisou os entraves da educação em épocas de globalização.

"O mundo está mudando e a educação também precisa ser modificada, de forma a atender as novas demandas que vêm surgindo. Precisamos de um modelo mais flexível", defendeu a diretora-geral da Unesco, Irina Bokova, que abriu a discussão.

Segundo palestra de Qian Tang (REIS, 2013), assistente de educação da direção-geral da Unesco, as escolas qualificam os alunos apenas visando uma colocação no mercado de trabalho, ao passo que um ensino de qualidade deve oferecer mais: "Precisamos falar de valores, de caráter, da convivência com o outro, com o diferente. Não basta o que estamos oferecendo. Estamos tirando de nossos filhos um futuro melhor".

O presidente do Centro de Políticas Públicas da Universidade Católica do Chile, Francisco Claro, defendeu uma formação de professores voltada para a qualidade como ponto nevrálgico do processo de ensino-aprendizagem (REIS, 2013).

Para Sérgio Haddad, o Banco Mundial oferece assessoria para "(...) ajudar os governos a desenvolver políticas educativas adequadas às especificidades de seus países. (...) O Banco Mundial é a principal fonte de assessoramento da política educativa, e outras agências seguem cada vez mais sua liderança".

O que antes se criticava como intervencionismo, desde os acordos MEC-Usaid dos anos de chumbo, não mudou de função. O capitalismo neoliberal permanece influenciando as

políticas educacionais das nações em desenvolvimento, com propostas que incluem (ANDRIOLI, 2002):

a) garantir governabilidade (condições para o desenvolvimento dos negócios) e segurança nos países “perdedores”; b) quebrar a inércia que mantém o atraso nos países do chamado “Terceiro Mundo”; c) construir um caráter internacionalista das políticas públicas com a ação direta e o controle dos Estados Unidos; d) estabelecer um corte significativo na produção do conhecimento nesses países; e) incentivar a exclusão de disciplinas científicas, priorizando o ensino elementar e profissionalizante.

A seguir, elencam-se alguns efeitos já sentidos dos resultados da ingerência da atividade econômica neoliberal na educação (ANDRIOLI, 2006): 1) o rápido e barato é apresentado como critério de eficiência; 2) formação menos abrangente e mais profissionalizante; 3) subordinação profissionalizante com a reforma do ensino médio e profissionalizante; 4) privatização; 5) Ensino Médio dividido entre educação regular e profissionalizante, com a tendência de priorizar este último: “mais ‘mão-de-obra’ e menos consciência crítica.

Para Weber e Behrens (2010), a escola passa a exercer a função de modeladora do comportamento humano, qualificando os estudantes para o mercado de trabalho e ensinando o comportamento passivo, acrítico. São fundamentos da verdade científica no século XX, que permitiram a especialização e importantes aquisições científico-tecnológicas, enquanto desvinculavam a “ciência da ética e a razão do sentimento” (BEHRENS, 2005, p. 19 apud WEBER; BEHRENS (2010, p. 250).

Ciente da realidade social dos alunos, o educador deve inovar e conduzir o aluno em busca de autonomia e da cidadania: “Um educador é o que procura realizar as possibilidades que a educação tem de colaborar na conquista de uma realidade social superadora das desigualdades (...) (FERREIRA, 2006, p. 2).

Em meio a todo processo tecnicista educacional, impulsionado pelo capitalismo, tanto quanto pelos países de primeiro mundo, hegemônicos em suas economias e seguido pelos países emergentes, os professores que estão como mediadores do conhecimento estão reféns da “era tecnológica”, ou melhor, tecnicismo-profissional, pois acaba dividindo o conhecimento entre ensino regular e ensino técnico, que por sua vez chegou a atingir não somente o ensino médio no Brasil como também está atingindo o ensino superior nas graduações.

4. CURSOS TECNOLÓGICOS

No artigo 1º, parágrafo 2º, a Lei nº 9.394/96 (de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) apregoa que “(...) a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996). No artigo 39º, determina que a educação profissional – incluindo as demais formas de educação, ao trabalho, ciência e tecnologia – leva ao constante desenvolvimento de qualificações para a vida produtiva. E no artigo 40 traduz que a educação profissional deve articular-se com o ensino regular, instituições afins e mesmo no ambiente de trabalho, contribuindo para o desempenho do trabalhador brasileiro como principal agente do desenvolvimento do país.

De acordo com a regulamentação dada pelo Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), o ensino profissionalizante estrutura-se em:

- Formação inicial e continuada de trabalhadores – oferecida em todos os níveis de escolaridade, inclui a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, podendo ser ofertada segundo itinerários formativos, visando ao desenvolvimento de aptidões para a vida social.
- Educação profissional técnica de nível médio – oferecida em articulação com o ensino médio, podendo ser integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio.
- Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação – regida pelas normas da educação superior e oferecida aos egressos do ensino médio e superior, respectivamente.
- O Decreto-lei nº 4.048/1942 estabelece como missão primordial do SENAI oferecer aprendizagem, sem excluir a possibilidade de outras formas e níveis de atuação contidos na abrangente expressão “ensino de continuação”.

Segundo Araujo (2008), em 1996, ocorreram mudanças estruturais no ensino brasileiro introduzidas pela LDB, a regulamentando-se a educação profissional, que passou do *status* de cursos técnicos para o patamar de cursos superiores de tecnologia. Os cursos superiores de tecnologia, de graduação e menor duração (2 a 3 anos) se comparados ao bacharelado (4 a 5 anos), formam tecnólogos qualificados especificamente para atender à demanda do mercado de trabalho.

O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, publicado pelo MEC em meados de 2006 e gestado com a participação da comunidade educacional, é o documento-guia de oferta de curso de graduação em tecnologia. Segundo o catálogo, os cursos de graduação em tecnologia são organizados em treze eixos: ambiente e saúde, apoio escolar, controle e processos industriais, gestão e negócios, hospitalidade e lazer, informação e comunicação, infraestrutura, militar, produção alimentícia, produção cultural e design, produção industrial, recursos naturais e segurança (MEC, 2010).

Para Araujo (2008), o avanço tecnológico demanda incessantes conhecimentos e gestão do aparato científico. O serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com mais de

700 unidades operacionais nos 26 estados brasileiros e o distrito federal, forma 2 milhões de trabalhadores por ano, adequando a formação às exigências do mercado: “A decisão do SENAI de implantar cursos de graduação em tecnologia reflete a preocupação da instituição em formar profissionais cada vez mais qualificados e especializados” (ARAÚJO, 2008, p. 71).

O Fórum Nacional da Indústria elaborou o Mapa Estratégico da Indústria para o período 2007-2015 (Anexo 1), a partir de proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI), estabelecendo objetivos estratégicos para a educação (ARAÚJO, 2008, p. 75).

Para a CNI, o ensino superior brasileiro deve atender às demandas da economia do conhecimento e do desenvolvimento industrial, formando talentos e competências: “Os conteúdos acadêmicos devem ser reformados para incluir habilidades e novas competências (capacidade de comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe) e orientados à utilização prática dos conhecimentos teóricos, favorecendo a empregabilidade dos profissionais formados” (ARAÚJO, 2008, p. 78).

A CNI ainda propõe a criação de um sistema “adequado” de avaliação das IES, expansão do número de vagas na área de tecnologia e P&D com padrão internacional.

5. CONCLUSÃO

A educação tecnológica efetivada nos cursos tecnológicos tem como finalidade precípua solucionar duas demandas crescentes e imperativas em termos de globalização: levar formação profissionalizante às massas populares, demanda social reprimida que exige solução rápida e eficaz, e preencher as vagas da indústria financiada pelo capital neoliberal, que, açodada pela intensa competição, investe maciçamente em tecnologia e cria cargos que precisam ser preenchidos por mão de obra qualificada.

Além de ser impossível para a sociedade e mesmo uma irresponsabilidade dos governos negligenciarem a educação tecnológica, trata-se de uma solução bem-vinda. Alçados no Brasil ao status de graduação nos cursos superiores de tecnologia formam profissionais em áreas em que não há outras graduações. São indicados para pessoas que precisam ser inseridas com brevidade no mercado de trabalho, especialmente em função de duração mais curta que o bacharelado.

A globalização, responsável pela visão tecnicista que impregnou a indústria e inúmeros processos educativos, é rica em conflitos. Para a ideologia neoliberal, a educação deve ser privilegiada e incentivada. O Banco Mundial defende que é importante ampliar o mercado consumidor, a fim de que a educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania possa trazer emprego e progresso, enquanto gera estabilidade política, ao submeter o ensino aos ditames das relações sociais capitalistas.

Para os educadores, a orientação para uma educação a serviço da produção tem prescindido de valores, como caráter, convivência social, aceitação do diferente para não tirar “de nossos filhos um futuro melhor”, segundo Qian Tang, assistente de educação da direção-geral da Unesco.

Portanto, para que haja condições efetivas de construir uma escola que possa atender a essas duas imposições inescapáveis, é necessária uma educação que possa inovar e levar o aluno em busca de autonomia e da cidadania, oferecendo competência técnica aliada à competência política.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. Revista Espaço Acadêmico, ano II, nº 13, jun/2002. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>>. Acesso em 03 mai. 2015.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. SANTOS, Robson dos. EDUCAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: O DEBATE PRECISA CONTINUAR. 2006. Disponível em <<http://www.rioei.org/deloslectores/905Santos.pdf>> acessado em 16 de jul. de 2015.

ARAUJO, Alberto Borges. Educação tecnológica para a indústria brasileira. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, jun./2008. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em 16 mai 2015.

AZEVEDO, Jose Clovis. Globalização, tecnicismo e os desafios para uma educação comprometida com a formação humana. Rizoma freireano, n. 10, 2011. Instituto Paulo Freire de España. Disponível em <<http://www.rizoma-freireano.org/index.php/globalizacao-tecnicismo-e-os-desafios-para-uma-educacao-comprometida-com-a-formacao-humana-jose-clovis-de-azevedo>>. Acesso em 17 abr. 2015.

BEHRENS, M.A. O paradigma emergente e a prática pedagógica. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005b.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 27 abr. 2015.

_____. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 28 abr. 2015.

ERIC J. HOBSBAWM. "A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)". São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FERREIRA, Fabiane Aparecida Rovina. Um toque de humanização numa educação tecnicista. Universidade Metodista de Piracicaba. 23/out./2006. Disponível em <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/224.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2015.

GOULART, Josette; GERBELLI, Luiz Guilherme, PEREIRA, Renée. 20 anos de Plano Real: sete reflexões sobre a estabilização. Economia. Estadão, 30/06/2014. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,20-anos-de-plano-real-sete-reflexoes-sobre-a-estabilizacao,1521366>>. Acesso em 05/05/2014.

MARQUES, Abimael Antunes. A pedagogia tecnicista: um breve panorama. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí UFG, v. 1, nº 12, 2012. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ritref/article/view/20378/11866>>. Acesso em 14 abr. 2015.

MEC. Catálogo Nacional de Cursos superiores de Tecnologia. Ministério de Educação e Cultura. Disponível em <<http://download.uol.com.br/educacao/tecnologicos.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2015.

MENDES, Áquilas Nogueira ; BRITO, Érico Henrique Garcia de . Os impasses da política econômica brasileira nos anos 90. Revista de Economia & Relações Internacionais, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-18, 2004.

MÉDICI, André. Welfare State no Brasil. Curso de Formação de Formadores para Gestão de Políticas Públicas no Sistema Público de Emprego e Renda. 11/05/2006. Disponível em <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/polsoc/saude/welfare/apresent.htm>, acessado em 11/05/06). Acesso em 11 abr. 2015.

MIZUKAMI, M. G. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

OEI. Organização dos Estados Ibero-Americanos. Sistema Educativo Nacional de Brasil. 18. Ministério da Educação de Brasil Disponível em <<http://www.oei.es/quipu/brasil/contexto.pdf>>. Acesso em 06 mai. 2015.

RAMOS, José Maria Rodriguez. Dimensões da globalização: comunicações, economia, política e ética. Revista de Economia & Relações Internacionais, vol. 1 (21), nº 1, julho/2002.

Disponível em <http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/dimensoes.htm>. Acesso em 12 abr. 2015.

REIS, Bia. Especialistas debatem a educação na globalização. Estadão, 31/10/2013. Disponível em <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,especialistas-debatem-a-educacao-na-globalizacao,1091769>>. Acesso em 06 mai. 2015.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. Pensamento Plural, Pelotas (01):113-142, jul/dez/2007. Disponível em <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/06.pdf>>. Acesso em 02 mai. 2015.

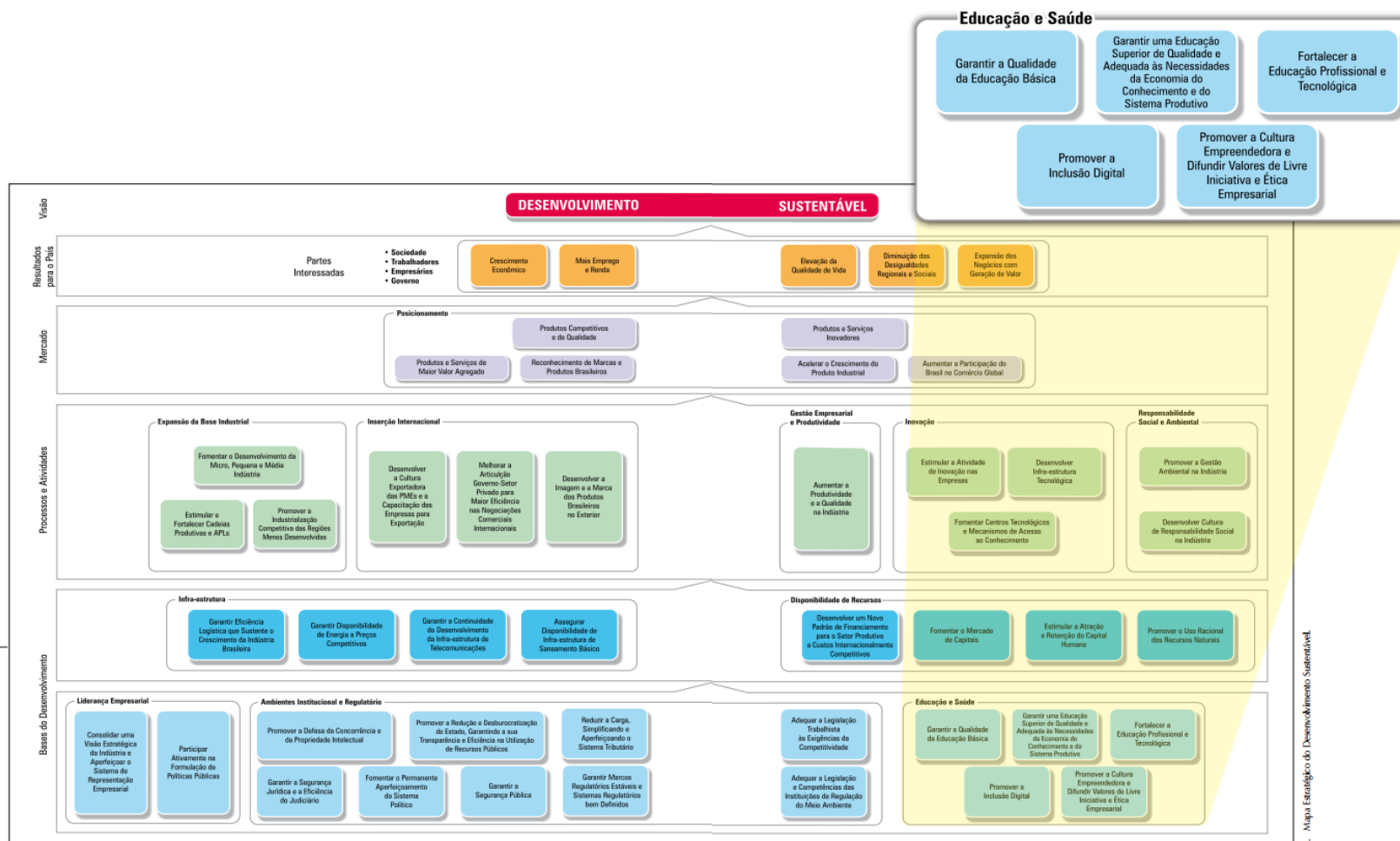
SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. Sociologias, Porto Alegre, n. 6, p. 170-198, Dec. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222001000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 mai 2015.

UNDESA (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2011. World Population Prospects: the 2010 Revision. Nova Iorque. Disponível em <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>. Acessado em 15 de abril de 2015.

WEBER, M.A.L., BEHRENS, M.A. Paradigmas educacionais e o ensino com a utilização de mídias. Revista Intersaberes, Curitiba, a. 5, n. 10, p. 245-270, jul./dez. 2010.

ANEXO

Indústria para o período 2007-2015



Fonte: ARAUJO (2008, p. 76-7)